

Populismo, revisões e revisionismos: a compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora no Brasil de 1930-1964

Henrique de Bem Lignani¹

Resumo

O presente trabalho se insere nas discussões sobre o populismo brasileiro, fenômeno político observado entre os anos 1930 e 1964. Trata-se de um tema extensamente estudado nas últimas décadas e em torno do qual inúmeras polêmicas se desenvolveram. Busco analisar o assunto do ponto de vista das relações estabelecidas entre a classe trabalhadora e o Estado, sobretudo durante o período entre 1930 e 1945. Realizo inicialmente uma revisão bibliográfica com o intuito de dimensionar o estado atual das pesquisas sobre o tema. Em primeiro lugar, abordo algumas obras pioneiras acerca do assunto no Brasil. Em seguida, retomo abordagens desenvolvidas a partir do final da década de 1980 e que, contrapondo-se às primeiras, propõem o estabelecimento de uma revisão, ou mesmo o abandono, do conceito de populismo. Após identificar o estado da arte do debate historiográfico sobre o populismo brasileiro, analiso mais detidamente como tais autores abordaram o aspecto que constitui a minha principal preocupação: a relação entre a classe trabalhadora e o Estado. Nesse sentido, aprofundo a análise das obras mencionadas tendo por base o referencial teórico marxista gramsciano, em particular as concepções de Estado e de hegemonia. O que se pretende é avaliar os méritos e limitações presentes nos trabalhos clássicos e revisionistas, evidenciando o seu arcabouço conceitual e em que medida suas escolhas teóricas interferem nos resultados das análises.

Palavras-chave: Populismo; Trabalhismo; Governo Vargas; Revisionismo historiográfico.

Abstract

The present work is part of the discussions about Brazilian populism, the political phenomenon observed between the years 1930 and 1964. A great deal is being written about this subject in recent decades and numerous controversies have developed around it. I shall analyze specifically the topic of the relations established between the working class and the State, especially during the period between 1930 and 1945. I initially carried out a bibliographical review with the purpose of assessing the current state of research on the subject. First, I discuss some pioneering works on the subject in Brazil. I then return to approaches developed since the end of the 1980s and which, in contrast to the former, propose the establishment of a revision, or even abandonment, of the concept of populism. After identifying current state of the historiographic debate on Brazilian populism, I evaluate more closely how these authors addressed the aspect that is my main concern: the relation between the working class and the State. In this sense, based on the gramscian Marxist theoretical reference (in particular the conceptions of State and hegemony), I deepen the analysis about the populism's interpretations. The aim is to evaluate the merits and limitations present in the classical and revisionist

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Bolsista CNPq.

works, highlighting their conceptual framework and the extent to which their theoretical choices interfere in the results of their reviews.

Keywords: Populism; Labor Movement; Vargas's Government; Historiographic revisionism.

1. Introdução

O presente texto se insere nas discussões sobre o populismo brasileiro, fenômeno político observado entre os anos 1930 e 1964. Trata-se de um tema extensamente estudado ao longo das últimas décadas e em torno do qual inúmeras polêmicas se desenvolveram. Sem ter a pretensão de esgotar as discussões sobre o assunto, buscarei mais especificamente analisá-lo do ponto de vista das relações estabelecidas entre a classe trabalhadora e o Estado brasileiro, sobretudo durante o primeiro período de Vargas no governo (1930-1945).

Realizarei inicialmente uma revisão bibliográfica a fim de elucidar a trajetória das interpretações sobre o período e o estado atual dos debates que o cercam. Em primeiro lugar, abordarei algumas das obras pioneiras acerca do assunto, como aquelas de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*², e Octavio Ianni, *A formação do Estado populista na América Latina*³. Tendo sido produzidos no período pós-golpe de 1964, tais trabalhos buscavam a compreensão do momento histórico vivido pelos seus autores e, para tanto, retomavam a análise do desenvolvimento político e econômico do período anterior, entre 1930 e 1964. Constituem, assim, importantes contribuições para o entendimento do que caracterizam como período populista, no qual as relações entre o Estado e a classe trabalhadora assumiu um importante papel.

Em seguida, retomarei abordagens desenvolvidas a partir do final da década de 1980 e que, contrapondo-se às primeiras, propõem o estabelecimento de uma revisão do conceito de populismo, chegando algumas delas, inclusive, a defender o seu abandono.

² WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

³ IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

Nesse grupo de trabalhos situam-se aqueles de Angela de Castro Gomes⁴, John French⁵ e Jorge Ferreira⁶, os quais abordarei como representativos das interpretações *revisionistas*⁷.

Após dimensionar as linhas gerais do debate historiográfico contemporâneo sobre o populismo brasileiro, analisarei mais detidamente como tais autores e autoras abordaram o aspecto que constitui a principal preocupação deste texto, qual seja, a relação entre a classe trabalhadora e o Estado. Nesse sentido, buscarei aprofundar a análise das obras mencionadas tendo por base o referencial teórico gramsciano, em particular as concepções de Estado e de hegemonia apresentadas pelo marxista italiano.

2. O populismo em discussão

2.1. A construção da noção de populismo

Iniciando, pois, a discussão de algumas das obras consideradas clássicas acerca do populismo no Brasil, analiso em princípio o livro de Francisco Weffort, *O populismo na política brasileira*. Publicado em 1978 e reunindo ensaios produzidos entre a década de 1960 e a data da publicação, o livro tem por objetivo a compreensão da emergência política das massas populares e do que o autor chama de “paradoxo do populismo”, regime que incorpora essas massas ao mesmo tempo em que mantém sua dominação política⁸. Assim, Weffort propõe uma resposta para tais questões a partir de uma perspectiva crítica em relação à chamada “teoria da modernização”, representada, por exemplo, por Gino Germani e Torcuato Di Tella. Segundo tais autores, as formas políticas latino-americanas identificadas como populismo seriam explicadas devido ao caráter transitório dessas sociedades, de sociedades “tradicionais” para sociedades “urbano-industriais”, o que acarretaria a presença de massas populares urbanas recém-emigradas

⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.

⁵ FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec, 1995.

⁶ FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 p. 59-124.

⁷ Entendo o termo “revisionismo” no sentido expresso por Demian Melo, não se referindo às constantes e necessárias operações de revisão e reinterpretação de análises precedentes, caras à produção do conhecimento histórico e científico de um modo geral, mas sim à historiografia que, autoafirmando seu caráter “renovador”, incorpora um tom apologetico influenciada pelas disputas ideológicas do presente. (MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: _____. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 17-49). Tal aspecto será retomado mais a frente neste trabalho.

⁸ WEFFORT, Francisco. *Op. Cit.*, 1980, p. 11.

do campo, sem experiências políticas prévias e, portanto, disponíveis para a “mobilização” por parte das lideranças populistas⁹.

Sem desconsiderar a presença de tais aspectos, o que o autor afirma é que eles não são suficientes para a compreensão do regime populista. Tendo em vista conferir uma explicação alternativa para o fenômeno, Francisco Weffort analisa o contexto econômico e político aberto a partir dos anos 1930 no Brasil. Identifica-se no referido contexto, além dos impactos da crise econômica do capitalismo iniciada em 1929, a decadência das oligarquias agrárias dominantes politicamente durante a Primeira República brasileira (1889-1930). Tal situação de decadência oligárquica era marcada ainda pelo fato de nenhuma outra classe ou fração de classe ser capaz de assumir o poder sozinha, ou seja, de substituir as oligarquias cafeeiras enquanto elite política dirigente. Weffort caracteriza, então, a existência de uma crise de hegemonia no Brasil de 1930, a partir do que a saída encontrada foi o estabelecimento de um Estado de compromisso entre os diversos setores da classe dominante¹⁰.

É a partir dessa situação que o autor procura entender a emergência política das massas populares urbanas durante a década de 1930. Estabelecidas as condições nas quais as frações da classe dominante revelam sua incapacidade hegemônica, a fonte de legitimidade do poder que se instaurou após o movimento político de 1930 passa a ser buscada nas massas populares, o que torna o Estado de compromisso firmado, em alguma medida, suscetível às pressões populares. Dessa forma, observa-se a incorporação da participação política das massas populares, que, entretanto, ocorria de forma controlada por representantes de algum dos grupos dominantes¹¹. Tal afirmação, por outro lado, não faz com que o autor reduza a participação popular e, em certa medida, o regime populista, à “manipulação das massas”. Pelo contrário, Weffort entende que tal manipulação possui um caráter ambíguo, afirmando explicitamente que é preciso relativizá-la. Assim, nas palavras do autor:

A imagem, se não o conceito, mais adequado para entendermos as relações entre as massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é a de uma *aliança (tácita) entre setores de diferentes classes sociais*. Aliança na qual evidentemente a hegemonia se encontra sempre com os interesses vinculados às classes dominantes, mas impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais caberia mencionar a reivindicação do

⁹ *Ibidem*, p. 135-136.

¹⁰ *Ibidem*, p. 49-50; 118-121. Tal tema encontra-se presente em diversos momentos no livro em questão. A esse respeito, ver especialmente os capítulos II, III e V.

¹¹ *Ibidem*, p. 50; 68-69.

emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado¹².

Apreendendo dessa forma a questão relativa à emergência política das massas populares no Brasil a partir da década de 1930, o autor estabelece, portanto, um entendimento para as relações entre essas massas e o Estado. Segundo a interpretação apresentada por Francisco Weffort, teria sido conformada certa “aliança” entre ambas as partes, o que, entretanto, não apaga o fato de que esta aliança se mantinha sob o controle das classes dominantes. A partir disso, o autor direciona ainda uma crítica a determinado entendimento do comportamento político popular em meio a este pacto. Tendo por base um paradigma abstrato (e em grande medida influenciado pela tradição europeia) do que seria a consciência de classe e a participação efetivamente política da classe trabalhadora, alguns analistas afirmaram a existência de uma “passividade” da classe trabalhadora no Brasil no período em questão, o que seria decorrente da sua “inexperiência política” ou “inexperiência de classe”. Distanciando-se dessa abordagem, Weffort afirma ser necessária uma explicação do comportamento político das massas que leve em consideração as condições estruturais da formação das classes populares, o que implica considerar os elementos histórico-sociais concretos dessa formação e a “experiência real, historicamente efetiva, da classe”¹³. Isso pode ser observado na análise aqui apresentada, na qual o autor compreende o populismo brasileiro a partir das transformações estabelecidas na década de 1930 e, partindo disso, considera de que forma ocorreu o aparecimento das massas populares no jogo político e a sua incorporação no Estado de compromisso então firmado entre diferentes grupos e interesses.

Outra análise do populismo produzida entre as décadas de 1960 e 1970 é a de Octavio Ianni, em *A formação do Estado populista na América Latina*, de 1975. Trata-se de uma análise das estruturas de poder do populismo, na qual o autor busca identificar, sobretudo, as relações de classe que se expressam na aliança que forma o chamado Estado populista¹⁴. Nesse sentido, algumas aproximações são possíveis entre a interpretação formulada neste livro de Octavio Ianni e aquela de Francisco Weffort analisada anteriormente. Uma semelhança encontra-se, por exemplo, na discordância que Ianni expressa em relação às análises do populismo pautadas pelo viés da “modernização” das sociedades tradicionais, que vincula o populismo a um descompasso observado no

¹² *Ibidem*, p. 75-76 (grifos do autor).

¹³ *Ibidem*, p. 71; 149.

¹⁴ IANNI, Octavio. *Op. Cit.*, 1991, p. 2.

processo de modernização urbano industrial, estabelecendo a democracia capitalista europeia enquanto um paradigma de modernidade¹⁵. O autor, por sua vez, desenvolve a análise do fenômeno tendo em vista a percepção das relações e contradições de classe expressas na sociedade latino-americana.

Buscando uma caracterização mais específica do populismo, Octavio Ianni identifica, em primeiro lugar, a presença da formação de uma aliança entre classes ou setores de classe no contexto de crise do poder oligárquico, aliança esta que camufla os interesses de classe na medida em que veicula um discurso de valorização do “povo” ou das “massas”. Entretanto, e aqui se estabelece uma diferença entre as abordagens de Ianni e Weffort, tal aliança seria decorrente menos de um “vazio político” expresso pela crise das oligarquias, do que pelas transformações econômicas, sociais e políticas observadas nessa situação em que ocorre a reformulação das estruturas de dependência externa estabelecidas pelo modelo econômico de exportação primária. Portanto, a ideia de vazio de poder não está completamente ausente para Ianni, mas condicionada à conjuntura de crise do modelo agrário exportador. Assim, o autor entende que “o pacto populista parece um *intermezzo*, de cunho bonapartista, na transição da hegemonia oligárquica à hegemonia propriamente burguesa, entendida esta como burguesia de base urbana ou industrial”¹⁶.

Algumas das características elencadas no texto que permitiriam essa associação do populismo enquanto uma forma de bonapartismo seriam: a situação de “equilíbrio” entre diferentes classes sociais; o estabelecimento de um governo forte, semiditatorial ou ditatorial; e a organização do poder político para além do aparelho estatal, incorporando partidos ou sindicatos, de forma a conferir sustentação ao governo. Por outro lado, pautando-se na definição de cesarismo, por meio da qual Antonio Gramsci denomina o bonapartismo, Ianni apresenta um aspecto no qual este se afasta do populismo: enquanto no bonapartismo ocorre o equilíbrio entre os antagonismos das classes sociais fundamentais, “equilíbrio catastrófico” dada a impotência das classes e a inconciliabilidade dos seus interesses, no populismo a principal contradição se apresentaria entre a própria coalizão no poder e os interesses tradicionais oligárquicos. É importante ressaltar que isso não faz com que o autor subestime os conflitos de classe no

¹⁵ *Ibidem*, p. 25-26.

¹⁶ *Ibidem*, p. 45.

interior do pacto populista, apenas entende que são os conflitos entre setores dominantes aqueles que fundam tal Estado¹⁷.

A fim de explicar como ocorreu a consolidação do populismo entre os trabalhadores, o texto de Ianni recorre à análise das transformações observadas nas sociedades latino-americanas por volta da década de 1930. O crescimento da urbanização, da industrialização e do setor terciário nas grandes cidades acarretou mudanças consideráveis na formação das massas populares. Em primeiro lugar, ressaltou-se a migração e a incorporação de trabalhadores rurais às massas urbanas; além disso, foram também consideráveis as mudanças na estrutura do emprego urbano, ampliando-se a heterogeneidade entre os trabalhadores e a possibilidade de mobilidade¹⁸. Essas transformações sociais, econômicas e demográficas nas massas populares não são capazes de explicar sozinhas o êxito do populismo, mas constituem um fator importante na medida em que permitem identificar a situação concreta na qual tal êxito foi possível.

Nesse sentido, Octavio Ianni entende que a mobilização e controle das massas populares constitui um aspecto fundamental das vinculações entre o Estado e a sociedade sob o populismo. Tal relação é concretizada a partir do que o autor chama “sistema de poder Estado-partido-sindicato”, desenvolvido no âmbito da aliança de classes no poder. Ao mesmo tempo em que se legitima e obtém uma base de sustentação diante das frações de classe excluídas do poder (as oligarquias agrário-exportadoras), o governo também incorpora algumas demandas das classes populares, estabelecendo as condições mínimas para que desempenhem a cidadania¹⁹. Mais uma vez, a análise do autor se assemelha àquela apresentada por Francisco Weffort, afastando a possibilidade de um populismo baseado na manipulação pura e simples das massas.

A partir da apresentação e discussão das análises de Francisco Weffort e Octavio Ianni, busquei, portanto, resgatar os termos nos quais o populismo foi compreendido por alguns dos seus principais intérpretes nos anos 1960 e 1970. Assim, consideradas as aproximações e distanciamentos entre as análises aqui expostas, é possível afirmar que os dois autores convergem quanto à inserção do surgimento do populismo em um contexto de transformações econômicas e sociais no Brasil, bem como de crise das oligarquias agrário exportadoras então dominantes. Nesse sentido, forma-se um compromisso/aliança entre diversas classes e frações de classe, por meio do qual ocorre

¹⁷ *Ibidem*, p. 46-48.

¹⁸ *Ibidem*, p. 100-104.

¹⁹ *Ibidem*, p. 125-128.

a incorporação controlada das massas trabalhadoras urbanas no jogo político. Tal controle não é entendido no sentido de uma manipulação que reafirmaria a passividade dos trabalhadores, mas sim na medida em que a dominação de classe continuava presente no âmbito do pacto populista.

2.2. *Revisões e revisionismos*

Tendo sido publicado em 1988, o livro *A invenção do trabalhismo*, de Angela de Castro Gomes, inaugura a tendência presente em uma série de trabalhos posteriores que consiste na reavaliação do entendimento acerca do período compreendido entre 1930-1964 no Brasil. Tendo por objetivo analisar o processo de constituição e o exercício da cidadania no Brasil, a autora centra sua análise na atuação do que considera como “dois atores” fundamentais, a classe trabalhadora e o Estado. Assim, compreende essa relação a partir da construção de um projeto político “trabalhista”, sobretudo durante os anos 1940, cujo sucesso seria atribuído à sua vinculação ao discurso produzido pelos próprios trabalhadores durante o período inicial do movimento operário. Tal interpretação da relação entre Estado e classe trabalhadora, portanto, é apresentada pela autora enquanto uma alternativa às análises clássicas, que cogitariam o apoio popular ao trabalhismo às condições socioeconômicas de formação da classe trabalhadora ou à sua manipulação por determinadas lideranças políticas²⁰.

Caracterizando a bibliografia que abordou o tema das relações entre Estado e trabalhadores no Brasil, Angela de Castro Gomes critica o fato de que na maioria das vezes o período pós-1930 era entendido a partir da ideia de estabelecimento de um pacto social “que trocava os benefícios da legislação social por obediência política”. Assim, pautando-se na “lógica material” presente na relação, o Estado seria entendido como “um produtor de benefícios materiais”, ao passo que à atuação da classe trabalhadora é atribuída uma “lógica predominantemente material e individual” que, para obter os direitos almejados, teria aceitado a perda de autonomia e a presença do sindicalismo corporativista²¹.

Sem rejeitar totalmente a existência do aspecto material da relação estabelecida ao redor da legislação trabalhista, a autora busca relativizar tal explicação, demonstrando que o pacto social incorporava também um elemento simbólico/discursivo²². É nesse

²⁰ GOMES, Angela de Castro. *Op. Cit.*, 1994, p. 7-8.

²¹ *Ibidem*, p. 162-163.

²² *Ibidem*, p. 163-164.

sentido que Gomes se dedica, na primeira parte do livro, a retomar o discurso elaborado pelo próprio movimento operário ao longo da Primeira República, período no qual “a palavra” “está com lideranças vinculadas à classe trabalhadora”²³. A partir disso, buscará evidenciar em que medida o projeto trabalhista constituído no pós-1930 se baseia na retomada de aspectos desse discurso operário por parte do Estado.

O período iniciado em 1942, com a posse de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, possui uma importância significativa para a consolidação do projeto trabalhista, sendo assim, um ponto fundamental no trabalho em questão. Angela Gomes busca analisar discursos proferidos pelo ministro do trabalho no programa radiofônico *Hora do Brasil*, a fim de identificar de que forma o conteúdo das falas apresentavam as noções referentes aos trabalhadores, a Getúlio Vargas e às leis trabalhistas, tema constantemente retomado. A autora entende que os discursos, em conjunto com outras iniciativas do governo, como a promoção das datas comemorativas (com destaque para o Primeiro de Maio), tinham por objetivo a criação e difusão de uma determinada imagem do regime do Estado Novo e do próprio presidente²⁴.

Nesse sentido, os esforços empreendidos pelo governo a partir do referido instrumento de propaganda, contribuíam para a veiculação da imagem de Vargas enquanto “líder dos trabalhadores” e “pai dos pobres”. Tal imagem era construída na medida em que a legislação social era apresentada como obra diretamente do presidente, atribuída a características que destacavam Vargas enquanto estadista, como a sua clarividência. Dessa forma, Vargas seria responsável por buscar resolver a questão social, antecipando-se inclusive à sua colocação pelos trabalhadores²⁵. Ao mesmo tempo, veiculava-se uma imagem específica dos trabalhadores brasileiros, valorizada e positivada enquanto membros que cumpriam uma função imprescindível para a nação²⁶. Esses dois elementos se completavam, formando a ideia de uma integração harmoniosa entre as duas partes: Vargas, enquanto representante do Estado, por um lado; e os trabalhadores, por outro.

Um ponto chave na análise de Angela Gomes acerca da “invenção do trabalhismo” é o entendimento da legislação trabalhista, enquanto elemento que se insere nas relações Estado-trabalhadores, a partir da noção de “dádiva”. Isso se manifesta na medida em que

²³ *Ibidem*, p. 9.

²⁴ *Ibidem*, p. 202.

²⁵ *Ibidem*, p. 202-205.

²⁶ *Ibidem*, p. 206-207.

os discursos produzidos no âmbito do Estado analisados pela autora construiriam a relação entre o povo e o presidente a partir de uma “ideologia da outorga”. Assim, a legislação social e trabalhista era apresentada enquanto um elemento outorgado “pela personalidade clarividente do chefe de Estado ao seu povo”, o que levava a conceber tal relação enquanto sendo constituída pelo ato de “dar e receber dádivas/presentes/benefícios”²⁷. O ato de “doar” presente na promulgação das leis sociais pelo governo possuía assim uma dimensão de espontaneidade e de obrigação: era um ato de bondade do presidente e também sua obrigação enquanto chefe de Estado, na medida em que consistia em uma medida voltada à resolução da questão social e à manutenção da estabilidade. Ao mesmo tempo, implicava a obrigação dos trabalhadores em “receber”, que por sua vez implicava na “reciprocidade”, entendida não apenas como a obediência devida ao presidente, mas também no reconhecimento e compromisso. Assim, a natureza simbólica é ressaltada nessa análise pautada na “ideologia da outorga”. Apesar do caráter utilitário também estar presente, é a lógica de troca, obrigação e reciprocidade instituída que rege tal relação²⁸.

O último elemento a completar a relação entre Estado e classe trabalhadora apresentada pelo trabalhismo seriam os sindicatos. Tendo sido a sindicalização impulsionada pelo Estado Novo a partir de 1943, ficava demonstrada a sua preocupação com a representatividade dos sindicatos e o desenvolvimento de um espírito associativo²⁹. O elemento corporativista associado ao sindicalismo também possuía importância na medida em que estabelecia o sindicato enquanto um elemento de ligação entre o Estado e o povo. Portanto, complementava a noção de uma integração harmônica entre as partes, distante tanto do individualismo liberal quanto dos excessos coletivistas totalitários³⁰.

Conforme explicitado pela própria autora em outro texto, a ideia central presente em *A invenção do trabalhismo* era o combate à noção de populismo, não necessariamente ao termo, mas ao que Angela de Castro Gomes entendia estar vinculado a ele: a noção de uma classe trabalhadora passiva, “manipulada” por políticos e “controlada” por um Estado que atuaria “sobre” tais indivíduos³¹. Assim, analisando de que forma ocorreu a constituição (“invenção”) do pacto trabalhista, Gomes objetivou reconstituir a formação

²⁷ *Ibidem*, p. 211.

²⁸ *Ibidem*, p. 211-212.

²⁹ *Ibidem*, p. 231-232.

³⁰ *Ibidem*, p. 240-241.

³¹ *Idem*. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 17-57, p. 46; 55.

da classe trabalhadora brasileira, conferindo a esta o papel de sujeito ativo que, segundo o entendimento da autora, lhe seria negado pelas análises pautadas no conceito de populismo.

Outro trabalho a estabelecer um estreito diálogo crítico com a noção de populismo, sobretudo aquela apresentada por Francisco Weffort, e com as análises do sindicalismo pré-1964 produzidas após o golpe, pode ser encontrada em *O ABC dos operários*, escrito por John French e publicado em 1995. Logo no início do texto o autor apresenta o que entende ser a caracterização do populismo presente nos trabalhos produzidos até a década de 1980. Nesse sentido, o conceito seria referente a uma política nacionalista, reformista e sem conteúdo de classe, vinculada ao contexto de desenvolvimento urbano-industrial das sociedades latino-americanas. Os sindicatos, assistencialistas e burocratizados, teriam suas atividades subordinadas ao Estado, sendo geridos por lideranças pouco representativas dos interesses dos trabalhadores. No mesmo sentido, a atuação do PCB no período teria subordinado a defesa dos direitos dos trabalhadores a uma política nacional mais ampla, o que teria levado ao fortalecimento do corporativismo sindical³².

Considerando tal abordagem acerca do populismo como sendo “conceitualmente falha”, o objetivo do livro de French é o estabelecimento de uma crítica a essa visão por meio do estudo de caso dos operários do ABC paulista na primeira metade do século XX, a partir do que pretende explicar as relações industriais e sindicais, bem como a política na era populista.

Desenvolvendo um debate mais detido com as concepções de Weffort produzidas nos anos 1970, French reconhece a importância da obra deste autor para a colocação do problema das mudanças na sociedade brasileira no pós 1945. Entretanto, sua análise apresentaria alguns problemas: a condenação das políticas do PCB, que teriam limitado a atuação da classe trabalhadora e não rompido o corporativismo; a expressão do antagonismo entre “Estado” e “sociedade civil”, apresentando a dominação do primeiro sobre a segunda; e a apresentação do populismo como uma “forma de controle político e econômico” da classe operária pelo Estado. Assim, ao mesmo tempo em que rejeitava o determinismo estrutural das análises que o precederam, propondo enfatizar a agência dos

³² FRENCH, John. *Op. Cit.*, 1995, p. 4-7. Essa interpretação acerca do papel do PCB na consolidação do sindicalismo populista, criticada por French, encontra-se em outro texto de Weffort (WEFFORT, Francisco. *Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós guerra)*. *Estudos CEBRAP*, nº 4, São Paulo, p. 66-105, abr-jun, 1973).

trabalhadores, Weffort teria compreendido tal agência do modo enviesado, afirmando em suas análises que a classe trabalhadora teria sido capaz de uma ação auto-orientada na medida em que possuísse uma liderança consequente. Assim, segundo French, ao mesmo tempo em que exaltava “a classe-operária-em-abstrato”, “Weffort e muitos estudiosos posteriores rejeitaram tudo quanto a classe operária e seus líderes, fossem eles comunistas, trabalhistas, ou independentes, houvesse feito ou defendido antes de 1964”³³.

A partir dessas noções mais gerais expressas por John French acerca do debate sobre o populismo, cabe destacar alguns pontos importantes que fundamentam a sua análise. Em primeiro lugar, assim como na obra de Angela de Castro Gomes, o autor remonta ao movimento operário durante a Primeira República a fim de melhor compreender algumas das características assumidas a partir das mudanças em 1930. Após as transformações observadas com a Revolução de 1930, French afirma que o Estado passou a intervir no movimento sindical, passando a disputar a sua liderança com as correntes de esquerda (como anarquistas e comunistas) e pautando essa atuação no atendimento de demandas imediatas dos trabalhadores. Longe de ter possuído um sentido “anti-operário”, tal ação estatal teria sido aceita pelos trabalhadores na medida em que reconheciam “as vantagens oferecidas pelas novas estruturas legais”³⁴.

É nesse sentido, portanto, fruto da atuação estatal direcionada ao movimento operário, que French entende o estabelecimento da legislação trabalhista durante o primeiro governo de Vargas. Com isso, apresenta uma crítica às teses da outorga, segundo a qual o Estado e seus líderes teriam concedido generosamente as leis trabalhistas aos trabalhadores, e da imposição, que ao rejeitar a primeira afirmava o caráter externo das leis, impostas à classe operária e à sua vanguarda. Segundo o autor, tais interpretações não permitem um entendimento profícuo das relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Especificamente a tese da imposição superdimensionaria a força do movimento operário, ao que French contrapõe a falta de organização e a fraqueza observada para o proletariado industrial paulista. A partir disso, afirma que para satisfazer suas reivindicações, a classe operária teria aceitado a ação do Estado “como uma força externa que poderia contrabalançar o nexo empregador-empregado”³⁵. Uma das medidas trabalhistas que exemplificaria esse sentido da atuação estatal seria observada na legalização dos sindicatos, cuja atuação anteriormente era “praticamente clandestina”.

³³ *Ibidem*, p. 12-13.

³⁴ *Ibidem*, p. 35.

³⁵ *Ibidem*, p. 46-47.

Esse aspecto, segundo a análise do autor, foi largamente explorado pelos operários do ABC paulista.

Percebe-se, dessa forma, que John French também apresenta outra caracterização do sindicalismo corporativista, distanciando-se das análises discutidas no tópico anterior. Para ele a legislação do sindicato oficial não representou a instituição de um sindicalismo moderado e atrelado ao Estado.

Ao contrário, a aquiescência aos requisitos da lei foi utilizada [pelas lideranças sindicais] simplesmente como cobertura legal para permitir [...] a organização dos operários para a luta contra os empregadores. Na verdade, a “legalização” do movimento operário – fossem quais fossem os motivos dos que a conceberam – aumentou o espaço de manobra dos operários e levou à consolidação do ativismo da classe operária no interior dos sindicatos reconhecidos em 1933 pelo governo. Longe de ser um produto das leis, o novo movimento operário legal emanava das decisões tomadas pelos ativistas da classe operária, muitos dos quais formados durante a década de 1920, que instituíram sindicatos legais que, em grande medida, estavam fora do controle estatal efetivo³⁶.

Tal aspecto ficaria demonstrado, por exemplo, na mobilização por parte dos trabalhadores dos recursos fornecidos pela legislação sindical. Conforme o autor discutiu em outro trabalho especificamente dedicado ao tema, os trabalhadores do ABC paulista teriam constantemente se mobilizado em torno do cumprimento das leis trabalhistas, que não eram respeitadas pelos patrões. Dessa forma, o estabelecimento dessas leis, sobretudo com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, teria fomentado a formação de uma “consciência jurídica” dos trabalhadores, por meio da qual estes se apropriavam de determinados conteúdos da legislação e, assim estabeleciam a base para suas lutas³⁷.

Buscando sintetizar a análise de French a respeito das relações entre Estado e classe trabalhadora estabelecidas em torno da questão da legislação trabalhista, é possível dizer que o autor entende ter sido estabelecida uma nova estratégia trabalhista por parte dos operários a partir da intervenção estatal nas relações de trabalho. Essa nova estratégia, consolidada sobretudo a partir da maior aproximação buscada por Getúlio Vargas em relação ao movimento operário no período final do Estado Novo, a partir de 1942, seria caracterizada pela combinação de formas de ação direta (organização dos trabalhadores dentro das fábricas) e indireta (reivindicação das leis trabalhistas existentes) e foi tornada

³⁶ *Ibidem*, p. 48-49.

³⁷ *Idem*. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. Sobre o assunto, ver sobretudo o capítulo 6, p. 57-69.

possível graças à existência de um aparelho estatal que poderia garantir o cumprimento da lei³⁸.

Portanto, indo de acordo com a formulação de Angela de Castro Gomes analisada anteriormente, o autor critica as diversas análises que trataram o apoio dos trabalhadores a Vargas como sendo fruto exclusivamente dos benefícios materiais obtidos (aspecto que reproduziria o discurso do próprio varguismo) ou do clientelismo, estendido desde o Ministério do Trabalho, passando pelos sindicatos (corporativistas, com funções assistenciais) e chegando aos trabalhadores. Segundo seu entendimento, este viés interpretativo, no qual localiza a obra de Weffort, estabeleceriam questões sobre a atuação dos trabalhadores que permaneceriam sem resposta: “por que os operários seguiam líderes cujas políticas não só deixavam de defender com eficiência seus interesses, como ainda perpetuavam a dominação sobre eles dos empregadores e do Estado?”³⁹

Assim, conforme foi possível perceber na discussão da obra de John French, a abordagem do autor para a compreensão da relação Estado-trabalhadores pauta-se no estabelecimento de uma aliança entre as partes a partir da intervenção estatal nas relações de trabalho. Essa aliança teria contado com a adesão de diversos setores operários e lhes fornecido meios para a atuação na luta frente aos industriais. Nesse sentido, a imagem de um movimento operário cooptado a partir da intervenção do Estado não se sustentaria, o que o autor busca demonstrar por meio da análise da atuação de comunistas e getulistas no ABC paulista.

Uma das principais obras recentes destinadas à crítica da interpretação da política brasileira do período 1930-1964 com base no conceito de populismo foi publicada em 2000, organizada por Jorge Ferreira: *O populismo na política brasileira: debate e crítica*. Consistindo em uma coletânea de artigos, destaco aqui aquele escrito pelo próprio organizador, no qual se dedica a reconstruir a trajetória do conceito de populismo. De início, o autor já estabelece a sua posição frente ao termo, entendendo-o não enquanto algo manifesto na prática, mas apenas como uma categoria imaginada por determinados analistas para compreender o período em questão. Nesse sentido, critica o seu emprego, afirmando que se trata de uma noção “culpabilizadora do Estado” e “vitimizadora da sociedade”⁴⁰.

³⁸ *Idem, Op. Cit.*, 1995, p. 91.

³⁹ *Ibidem*, p. 13.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2013, p. 63-64.

Identificando as primeiras análises acadêmicas que se basearam no populismo, Ferreira estabelece a separação entre duas “gerações do populismo”. A primeira delas buscava a explicação do fenômeno de maneira generalizante, trabalhando, por exemplo, com aspectos que possibilitariam afirmar a existência de um “populismo na América Latina”, e com base na estrutura econômico-social e seu impacto sobre a classe trabalhadora. Chegava, assim, à conclusão de que a transição das sociedades agrárias para sociedades urbano-industriais em países atrasados acarretava na urbanização de massas rurais desprovidas de consciência de classe e sujeitas à manipulação populista⁴¹. Como já mencionado anteriormente neste texto, tal abordagem vinculava-se à chamada “teoria da modernização”. Além disso, Ferreira afirma ser possível observar a sua influência no contexto brasileiro nas análises do “Grupo Itatiaia”⁴², em ensaios sociológicos⁴³ e, em alguma medida, nos textos de Francisco Weffort, autor que mais teria influenciado os estudos sobre o tema.

É curioso notar a vinculação de Weffort à chamada primeira geração, pois como foi discutido no tópico anterior deste texto, Weffort desenvolveu sua reflexão acerca do populismo brasileiro de forma crítica aos teóricos da modernização. Entretanto, apesar de reconhecer que neste autor a noção de manipulação das massas está presente de forma “ambígua”, Jorge Ferreira afirma que a teoria da modernização é “central” nas suas análises⁴⁴.

Seguindo na análise de Ferreira, a segunda geração do populismo apresentaria como uma diferença em relação à primeira a preocupação com o entendimento das relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora. Entretanto, explicaria o apoio desta última a lideranças populistas de forma algo similar à primeira geração, uma vez que a influência de *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, continuou bastante presente em tais autores. Assim, a adesão dos trabalhadores ao Estado era compreendida por meio dos elementos de “repressão”, “manipulação” e “satisfação” empregados por este último. Posteriormente, buscando-se um refinamento conceitual, a

⁴¹ *Ibidem*, p. 64-65.

⁴² Grupo de intelectuais formado na década de 1950, pioneiro na análise do populismo no Brasil. Reunia nomes como Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel e João Paulo de Almeida Magalhães. Em 1953 esse grupo deu origem ao Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), berço da ideologia nacional-desenvolvimentista e núcleo da posterior organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). (GOMES, Angela de Castro. *Op. Cit.*, 2013, p. 22-23).

⁴³ Como exemplo, o autor cita aqueles produzidos por Juarez Brandão Lopes e Leôncio Martins Rodrigues.

⁴⁴ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2013, p. 75.

categoria de hegemonia, de Antonio Gramsci, foi adotada, incorporando a dicotomia “repressão” e “persuasão”. Dessa forma, segundo o entendimento de Jorge Ferreira, o referencial gramsciano permitiu a tais autores afirmarem que o Estado eliminou os operários combativos e manipulou o restante da sociedade⁴⁵.

Estabelecendo suas críticas à segunda geração do populismo e, de alguma forma, propondo uma interpretação alternativa para o período 1930-1964, Ferreira diz que tais trabalhos entenderam a relação entre Estado e sociedade/classe trabalhadora como uma “via de mão única”, na qual estaria presente um Estado desproporcionalmente poderoso a dominar e subjugar a sociedade⁴⁶. Referenciando-se no marxismo, tais autores explicariam que, se a classe operária não desenvolveu uma consciência revolucionária, isso se deveu à manipulação das classes dominantes e do Estado. Assim, o autor defende que

o “mito” Vargas não foi criado simplesmente na esteira da vasta propaganda política, ideológica e doutrinária veiculada pelo Estado. Não há propaganda, por mais elaborada, sofisticada e massificante, que sustente uma personalidade pública por tantas décadas sem realizações que beneficiem, em termos materiais e simbólicos, o cotidiano da sociedade. O “mito” Vargas expressava um conjunto de experiências que, longe de se basear em promessas irrealizáveis, fundamentadas tão-somente em imagens e discursos vazios, alterou a vida dos trabalhadores⁴⁷.

Um aspecto interessante a ser notado é que, apesar de ser apresentada como um contraponto aos estudos pautados na ideia de populismo, os aspectos apresentados por Jorge Ferreira no trecho em questão já estava presente na análise de Weffort, produzida mais de três décadas antes⁴⁸.

Finalmente, o texto de Ferreira apresenta como proposta para o avanço dos estudos sobre a temática em questão no início dos anos 2000 a substituição dos referenciais teóricos empregados até então, como o marxismo e sua interpretação gramsciana, por outro, vinculado a certos paradigmas da histórica cultural. Exalta, assim, as possíveis contribuições para o entendimento da cultura popular no Brasil pós-1930 das obras de Carlo Ginzburg, Roger Chartier, Peter Burke, entre outros. Além disso, a influência de E. P. Thompson também poderia ser aproveitada, por exemplo, para a

⁴⁵ *Ibidem*, p. 82-87.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 99.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 88.

⁴⁸ Isso pode ser conferido na citação presente na quarta página deste texto, retirada de WEFFORT, Francisco. *Op. Cit.*, 1980, p 75-76.

contestação da noção de “falsa consciência” atribuída à classe trabalhadora⁴⁹. No momento em que escrevia, Jorge Ferreira observava de forma otimista que o rompimento com a noção de populismo vinha ganhando terreno desde a década de 1990, para o que havia sido importante a contribuição de Angela de Castro Gomes com *A invenção do trabalhismo*⁵⁰. Hoje, quase duas décadas depois, é possível dizer que o revisionismo culturalista então exaltado pelo autor constitui a interpretação hegemônica na historiografia brasileira.

Há de se ressaltar, conforme Felipe Demier, o caráter teórico-político oculto nas análises revisionistas, que “difundem uma visão positivada do varguismo e das instituições políticas da etapa histórica 1930-1964, com ênfase na democracia liberal instituída pela Constituição de 1946”⁵¹. Assim, baseando-se em uma perspectiva anti-marxista, foi produzida uma “apologia da Era Vargas”, entendendo haver uma identificação completa entre Estado e trabalhadores no período. Além disso, é importante mencionar que Ferreira, em sua crítica aos trabalhos de Weffort e Ianni presente no texto anteriormente analisado, chega ao ponto de atribuir a esses autores noções de “manipulação das massas” das quais não fizeram uso⁵².

3. Aferição teórica da bibliografia acerca do populismo brasileiro

3.1. Algumas noções gramscianas

Antes de desenvolver a análise que se segue é preciso explicitar o arcabouço conceitual no qual me embasarei. Ressalto, assim, conceitos tomados do marxista italiano Antonio Gramsci, tais quais as noções de hegemonia e Estado apresentadas pelo autor.

No terceiro volume dos *Cadernos do cárcere*, ao tecer comentários sobre a análise das situações e relações de força em determinado contexto histórico, e mais

⁴⁹ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, p. 97-101. O referencial teórico thompsoniano foi recentemente mobilizado, por exemplo, nos trabalhos de historiadores sociais da UNICAMP. Tais análises, que podem ser identificadas em coletânea de artigos desses autores (FORTES, Alexandre [et al.]. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999), buscaram reavaliar noções como a de um “sindicalismo populista”, marcado pela estrutura cupulista. Nesse sentido, o que afirmam é que determinados aspectos do corporativismo sindical não se manifestavam como um rígido entrave às lutas operárias, o que comprovam por meio de estudos de caso amplamente documentados. Ressalte-se, assim, o mérito de tais estudos, que não estão no âmbito do revisionismo historiográfico acerca do tema (DEMIER, Felipe. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de. *Op. Cit.*, 2014, p. 125-156).

⁵⁰ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, p. 108-109.

⁵¹ DEMIER, Felipe, *Op. Cit.*, p. 143.

⁵² *Ibidem*, p. 143-153.

especificamente sobre a relação política de forças, Gramsci identificou que as classes sociais poderiam desenvolver sua consciência política até a obtenção de uma unidade entre todos os membros de um grupo social. Ao alcançar tal “grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização” (o que não ocorre de forma linear ou pré-determinada), a vontade coletiva desse determinado grupo social seria expressa de forma propriamente política, enquanto partido, entrando, assim, em conflito com os demais interesses de classe existentes na sociedade⁵³.

É nesse sentido que o autor entende a questão relativa à hegemonia. Tal conceito expressa a extensão dos interesses de um grupo (ou classe⁵⁴) social por toda a sociedade, criando em torno de si uma unidade de fins econômicos e políticos, mas também intelectuais e morais. O Estado, por sua vez, é entendido enquanto o organismo no qual o referido grupo social se insere, mobilizando-o para a criação de condições favoráveis à sua expansão. Entretanto, nessa expansão o grupo dominante coordena-se com os interesses dos grupos dominados, sendo obrigado a criar e recriar constantemente equilíbrios instáveis nos quais seus interesses se sobrepõem, mas “não até o estrito interesse econômico-corporativo”⁵⁵.

Portanto, percebe-se que a dominação de classe na sociedade capitalista, entendida a partir da noção de hegemonia, considera necessariamente os interesses dos grupos subalternos, constituindo, dessa forma, um “equilíbrio de compromisso” no interior do qual a classe hegemônica faz sacrifícios, mas mantém a predominância dos seus interesses políticos e econômicos⁵⁶. Nesse sentido, tal qual expresso por Gramsci nos *Cadernos do cárcere*, o conceito não abre margem alguma para os sentidos que lhe foram atribuídos por Jorge Ferreira no texto discutido anteriormente.

Vinculando o que considera ser um entendimento equivocado acerca das relações entre Estado e sociedade/classe trabalhadora durante os governos Vargas à adesão dos seus autores à perspectiva gramsciana, Ferreira reduz à noção de hegemonia formulada pelo teórico marxista italiano ao binômio “repressão/persuasão”. Assim, reduz as formulações que combate a um simplismo segundo o qual o sucesso de Vargas teria sido possível devido à mobilização da repressão policial e da propaganda política⁵⁷, algo que,

⁵³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 40-43.

⁵⁴ Vale mencionar que, devido à censura carcerária, algumas expressões e conceitos não puderam ser empregados por Gramsci, tendo o autor utilizado termos alternativos.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 41-42.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 48.

⁵⁷ FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, 2013, p. 85-86.

conforme já foi discutido previamente neste texto, não está de acordo com o que encontramos nos trabalhos em questão.

Ainda relativamente às afirmações de Jorge Ferreira sobre as contribuições teóricas de Antonio Gramsci, é preciso notar que o historiador sequer menciona os termos empregados originalmente na formulação do conceito de hegemonia. Segundo Gramsci, “o exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da *força* e do *consenso*, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso da maioria, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]”⁵⁸.

Em conjunto com os trechos referidos anteriormente, nos quais é afirmado explicitamente que a hegemonia do grupo dominante necessariamente leva em consideração os interesses dos grupos dominados, essa última citação não deixa dúvidas. O entendimento de Gramsci sobre o exercício da hegemonia está longe de desconsiderar a “variável satisfação”, bem como de apresentar “o Estado como vilão” e “a sociedade como vítima indefesa”⁵⁹.

Outro elemento que permite perceber a forma mais complexa por meio da qual Gramsci compreende a dominação de classe é o seu entendimento acerca do Estado. Afastando-se de uma concepção instrumental do Estado, que o reduz a um aparato de dominação/coerção da classe dominante, o autor propõe uma “ampliação” do Estado, não restringindo-o ao aparelho governamental propriamente dito, mas incorporando também o âmbito da sociedade civil, onde se desenvolveriam os conflitos entre as classes em torno da hegemonia. Assim, em vez de estabelecer uma distinção entre sociedade política/Estado (âmbito da coerção) e sociedade civil (âmbito da hegemonia), Gramsci compreende que ambas se identificam na noção de “Estado integral” ou “Estado ampliado”. Este poderia ser definido enquanto “hegemonia encouraçada de coerção”⁶⁰.

Assim, as diferentes classes e frações de classe, organizando seus interesses em aparelhos privados de hegemonia, desenvolveriam sua atuação na sociedade civil, entrando em embates relativos aos antagonismos existentes entre si. Inscrevendo-se na esfera do aparelho de Estado (ou seja, no “Estado restrito”), tais classes/frações

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, 2000, p. 95 (grifos meus).

⁵⁹ Esse elemento do texto de Jorge Ferreira também foi criticado por Felipe Demier no texto já mencionado (DEMIER, Felipe. *Op. Cit.*, 2014, p. 147-148).

⁶⁰ BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. Campinas: Alameda Editorial, 2008, p. 177.

conseguiriam um meio para reverberar seus interesses para o restante da sociedade, estendendo e fortalecendo, assim, sua hegemonia.

A proposta de um “Estado ampliado” encontra-se também em oposição ao economicismo. Isso porque, divergindo da ideia da existência de uma contraposição entre sociedade política e sociedade civil, Gramsci se contrapõe à afirmação de que o Estado, localizado na primeira, seria um reflexo do desenvolvimento econômico, situado na segunda⁶¹. Dessa forma, haveria de se compreender que existem vinculações e influências recíprocas entre o desenvolvimento da economia e da política, havendo também descompassos entre ambos⁶².

Por fim, Antonio Gramsci também considera a possibilidade de que o “exercício normal da hegemonia” por parte do grupo dominante se altere, havendo uma “quebra do aparelho hegemônico”, ou seja, o esgotamento dos meios que tornam possível o exercício da hegemonia⁶³. O autor caracteriza essa situação como “crise de hegemonia” ou “crise orgânica”. Na prática, uma situação de crise de hegemonia se manifestaria na incapacidade da classe dirigente de garantir o consenso dos dominados, o que criaria um cenário favorável às soluções de força. Como resultado da crise poderia haver a reorganização dos grupos sociais e dos respectivos partidos, havendo a unificação de diversos partidos sob uma mesma direção, que melhor representaria seus interesses de classe. Além dessa “solução orgânica”, poderia ocorrer a ascensão de uma liderança carismática ao poder, resultado de um “equilíbrio estático de forças”, ou seja, quando nenhuma das forças em conflito é capaz de exercer sozinha a hegemonia na sociedade⁶⁴.

Assim, as situações de crise de hegemonia seriam vinculadas ao aparecimento de regimes bonapartistas/cesaristas. Tal qual definido por Gramsci, o bonapartismo/cesarismo se caracterizaria pelo “equilíbrio catastrófico” entre diferentes classes sociais, a partir de uma situação na qual nenhuma delas poderia se sobrepôr à outra. Essa situação seria resolvida por meio de uma “solução arbitral”, ou seja, a partir da intervenção externa de uma “grande personalidade”⁶⁵.

3.2. Aprofundando a análise a partir de Gramsci

⁶¹ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, 2000, p. 47.

⁶² BIANCHI, Alvaro. *Op. Cit.*, 2008, p. 175.

⁶³ GRAMSCI, Antonio. *Op. Cit.*, 2000, p. 95.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 60-61.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 76.

Após ter discutido alguns conceitos fundamentais na obra de Gramsci torna-se possível uma análise mais aprimorada dos textos já mencionados na segunda seção deste trabalho.

No que se refere aos textos considerados clássicos sobre o populismo, de Francisco Weffort e Octavio Ianni, noto a presença de conceitos gramscianos de forma mais ou menos explícita. Por exemplo, isso está presente na caracterização por parte dos autores do período que precedeu a chegada de Vargas ao poder, em 1930. A situação na qual a hegemonia política da oligarquia cafeeira paulista havia se diluído sem que nenhum outro grupo social pudesse ocupar seu lugar é apresentada por Weffort como fundamental para o entendimento das transformações no Brasil pós-1930, sendo definida como uma “crise de hegemonia”. Por sua vez, Ianni entende que esse “vazio político” é um fator importante, considerado ao lado das mudanças estruturais que marcavam o período posterior à crise econômica de 1929. Percebe-se, assim, que tais textos recorrem à noção de “crise de hegemonia”, tal qual expressa por Antonio Gramsci, para o entendimento da conjuntura de crise da dominação da elite cafeeira de São Paulo⁶⁶.

A partir disso os autores afirmam ter-se estabelecido como saída para a crise um “Estado de compromisso”, no caso de Weffort, ou mesmo uma forma de regime bonapartista, como afirma Ianni. Observe-se novamente a referência direta a conceitos formulados por Gramsci, identificando-se na situação analisada o equilíbrio de diferentes forças sociais incapazes de exercer a sua própria hegemonia. Neste caso, é importante ressaltar que, propostos os devidos distanciamentos e diferenças, Octavio Ianni faz menção expressa à noção de “cesarismo” presente na obra do marxista italiano, o que evidencia a presença dessa influência na sua análise.

Entendido enquanto uma forma de bonapartismo ou um “Estado de compromisso”, o populismo apresentaria ainda a incorporação das massas urbanas na política, elemento que garantiria a legitimidade do regime. Tal qual analisaram os referidos autores, essa incorporação apresentaria de forma simultânea ao controle exercido por meio do corporativismo sindical, o aspecto do atendimento de determinadas demandas das massas. Assim, é possível estabelecer um paralelo com a ideia presente na noção gramsciana de hegemonia, segundo a qual a dominação de classe observa os elementos da coerção/força e do consenso. A relação com o conceito de hegemonia

⁶⁶ Apesar de o conceito estar explícito apenas no texto de Francisco Weffort, o seu conteúdo central também é mobilizado por Octavio Ianni. Ressalte-se que nenhum dos dois autores menciona expressamente a vinculação dos referidos conceitos a Gramsci, podendo isso ser apenas inferido na análise que desenvolvem.

consiste, ainda, em mais um elemento que permite a dissociação entre a apreensão da relação Estado-classe trabalhadora nas análises clássicas acerca do populismo e um entendimento reducionista da mesma enquanto “manipulação das massas”.

Por fim, a partir da análise que Weffort e Ianni apresentam da crise do Estado oligárquico e da constituição do populismo, é possível inferir a mobilização de uma determinada concepção de “Estado” por parte dos autores. Considerando a existência de conflitos e tensões envolvendo diferentes frações da classe dominante em torno de sua afirmação hegemônica, assim como o estabelecimento de um compromisso que incorporou diversas dessas frações ao aparelho de Estado, pode-se dizer que tais análises se afastam da ideia simplificada de um Estado “instrumentalizado pela classe dominante”. Isso ainda se revela na medida em que os antagonismos de classe também encontrariam sua inserção no Estado por meio das medidas direcionadas para as massas populares urbanas. Portanto, se não expressam de forma clara a adesão à perspectiva de um Estado ampliado, Weffort e Ianni ao menos consideram alguns elementos pertencentes à sociedade civil (entendida em termos gramscianos), tais quais a luta de classes e o desenvolvimento de organismos vinculados a frações de classe para a disputa da hegemonia, como estando integrados ao Estado tal qual o apreendem.

Quanto aos trabalhos aqui referidos enquanto revisionistas, considero importante assinalar dois aspectos a respeito da base conceitual empregada pelos seus autores. Em primeiro lugar, no que se refere à concepção de Estado presente nessas análises, observo tratar-se da noção de um “Estado-sujeito”, ou seja, o Estado enquanto um ator social externo e superior à “sociedade”⁶⁷.

No texto de Angela de Castro Gomes essa noção aparece de forma um pouco mais explícita do que nos outros, uma vez que a autora afirma que o Estado constitui um dos “atores sociais” que sua análise privilegia, sendo o outro a “classe trabalhadora”. Percebe-se, assim, um entendimento acerca do Estado que o apresenta enquanto um elemento alheio às classes sociais e possuindo a capacidade de atuar de forma independente a elas, como se possuísse um interesse próprio. Essa abordagem do Estado se manifesta no texto de Gomes também nos momentos em que a autora analisa os discursos do ministro do trabalho. Aí, apesar de implícita, tal concepção está presente na medida em que o Estado

⁶⁷ Conforme afirmado por Sonia Mendonça, essa concepção de Estado encontra-se ancorada no referencial teórico liberal, que compreendendo a origem do Estado em um “pacto” ou “contrato”, deriva disso a sua externalidade em relação às “classes”/ à “sociedade”. (MENDONÇA, Sonia. A pesquisa sobre Estado e poder: balanço historiográfico. Conferência de abertura do *II Simpósio de Pesquisa Estado e Poder*, ago/2009, Uniãoeste, Mal. Cândido Rondon, PR).

se confunde com suas lideranças e representantes, sendo muitas vezes reduzido ao próprio discurso desses componentes.

John French, por sua vez, no estudo de caso que realiza, apresenta o Estado constituído como uma força externa que se insere na relação entre trabalhadores e patrões a partir da promoção de medidas como a legalização sindical e as leis trabalhistas. Assim, essa atuação estatal é compreendida de forma relativamente neutra e balanceada, possuindo “vantagens” e “desvantagens” para cada um dos lados da relação. Em outras palavras, o autor entende ser possível a inserção do Estado nas relações de trabalho sem considerar a existência de compromissos e articulações previamente estabelecidos e vinculados às contradições de interesses presentes na sociedade. Percebe-se, portanto, a exclusão do caráter de classe do Estado, entendendo-o, assim como Angela Gomes, como uma entidade/ator social.

Na medida em que se apresenta mais como uma crítica às análises baseadas na noção de populismo e menos como uma proposição de análise alternativa, o texto de Jorge Ferreira articula menos o conceito de Estado do que os dois anteriores. Entretanto, em alguns momentos é possível perceber que o entendimento do autor acerca do conceito aponta para o mesmo sentido mencionado anteriormente. Por exemplo, ao interpretar o trabalhismo a partir da ideia de uma “interlocução” e “cumplicidade” entre “Estado” e “sociedade”, tais elementos estão subjetivados, apresentados como dotados de interesses e ações próprias. Nesse sentido, o Estado é entendido de forma abstrata e a sociedade de forma homogênea, desconsiderando-se a luta de classes e as divisões que ela estabelece tanto em um quanto na outra⁶⁸.

Além da concepção de Estado apresentada pelos trabalhos revisionistas, outro elemento a ser discutido diz respeito à sua compreensão das relações entre Estado e classe trabalhadora, a qual é apresentada como sendo constituída exclusivamente (ou quase) pela adesão desta em relação àquele. Angela de Castro Gomes expressa isso na medida em que caracteriza tal relação a partir da noção de “pacto trabalhista”, firmado entre Estado e trabalhadores e tendo por base o conteúdo simbólico da dádiva. Entendida dessa forma, a promulgação das leis trabalhistas implicou em um compromisso e reconhecimento por parte da classe trabalhadora em relação à figura de Vargas (e ao Estado). O

⁶⁸ Tal aspecto da obra de Ferreira também foi abordado por Felipe Demier (DEMIER, Felipe. *Op. Cit.*, 2014, p. 148-151).

estabelecimento do sindicato corporativista, inserido como elemento de ligação entre o Estado e os trabalhadores, completa o caráter harmônico da relação entre os dois “atores”.

Definindo o trabalhismo enquanto uma “cultura política da classe trabalhadora” no período pós-1930, Angela a apresenta como sendo definida pela conquista da cidadania, baseada em uma determinada noção de trabalho e trabalhador e oposta ao não-trabalho/vadiagem. Entretanto, o discurso trabalhista foi produzido pelo Estado (como a autora reconhece nas análises dos discursos do ministro do trabalho) e consolidado por meio da adesão dos trabalhadores ao sindicalismo oficial, à carteira de trabalho e à legislação trabalhista. Em suma, trata-se de uma adesão obtida com boa dose de coerção e propaganda, sendo para tanto suficiente lembrar que foi obtida em meio a um regime ditatorial. Dessa forma, cabe o questionamento acerca de em que medida a noção de trabalhismo pode ser definida como cultura política *da* classe trabalhadora, ou em que medida constituiu uma ideologia veiculada por determinados setores da classe dominante.

Já no trabalho de John French, como já foi mencionado, o autor entende ser estabelecida uma aliança entre Estado e classe trabalhadora a partir da intervenção do primeiro nas relações de trabalho. Isso seria possível na medida em que os trabalhadores identificassem positivamente essa intervenção estatal. Assim, French entende que a inserção do Estado nas relações trabalhistas forneceu meios para o fortalecimento dos trabalhadores frente aos patrões, sendo, assim, benéfica para a classe trabalhadora. Isso se expressa na sua interpretação sobre corporativismo sindical, que estaria inserido na consolidação da aliança entre o Estado e os operários e teria tido como principal consequência a legalização dos sindicatos, ou seja, uma consequência positiva. A evidência de que essa intervenção do Estado foi positiva estaria na adesão dos trabalhadores aos sindicatos legais e ao pacto populista, adesão que parece ser entendida por French enquanto uma escolha consciente e voluntária.

Por exemplo, ao analisar o que chama de “renascimento do movimento operário” no ABC, em 1938-1939, French identifica que as lideranças sindicais escolhidas pelos trabalhadores iam de acordo com as restrições impostas pelas autoridades. Além disso, os estatutos de alguns sindicatos apresentavam afinidade com o linguajar oficial do governo, inclusive definindo os sindicatos enquanto órgãos de colaboração com o poder público⁶⁹. Ao se deparar com tais elementos, o autor afasta a sua atribuição à intervenção estatal no movimento operário via corporativismo sindical, identificando nelas a escolha racional

⁶⁹ FRENCH, John. *Op. Cit.*, 1995, p. 79.

dos trabalhadores em aderir aos pressupostos legais oferecidos pelo governo. Em outras palavras, identifica apenas o oferecimento do consenso por parte dos trabalhadores.

Por fim, para Jorge Ferreira essa adesão da classe trabalhadora ao Estado é levada às últimas instâncias. O autor afirmou compreender o trabalhismo como uma relação na qual Estado e trabalhadores/sociedade apresentaram não apenas afinidades ou alianças, mas a *identificação* dos seus interesses. Isso por si só explicaria o apoio da classe trabalhadora obtido por Vargas e anularia os elementos de tensão e conflitos que possivelmente teriam lugar nessa relação.

4. Conclusão – limites e possibilidades para os estudos recentes

Busquei ao longo do presente texto contribuir para os debates acerca do período populista brasileiro, especialmente no que se refere às relações desenvolvidas entre a classe trabalhadora e o Estado no período. Assim, além de elencar o conteúdo de alguns trabalhos que considero representativos do debate, me propus a uma análise dos mesmos em termos teórico-conceituais. Com isso, procurei identificar, embasando-me nas contribuições teóricas de Antonio Gramsci, em que medida as obras discutidas apresentam virtudes e limitações.

Atualmente, percebe-se que o movimento historiográfico de revisitação do período compreendido entre 1930 e 1964 no Brasil, bem como do conceito de populismo, apresenta-se predominantemente sob a forma de análises que aqui foram qualificadas como revisionistas. Como pôde ser observado por meio do exame desenvolvido neste texto, os trabalhos revisionistas apresentam a pretensão de refutação de determinados textos considerados entre os pioneiros a respeito do tema, relativizando (ou mesmo rejeitando) noções como a própria ideia de “populismo” e buscando novas formas de interpretar as ações dos trabalhadores em sua relação com o poder estatal. Nessa empreitada, alguns autores revisionistas, como é o caso de Jorge Ferreira no texto aqui apresentado, recorrem inclusive ao artifício de atribuir aos textos clássicos ideias e conclusões que neles estão ausentes ou que até mesmo foram por eles criticadas.

De um modo geral, o que se observa nesses trabalhos é a adoção de uma fluidez conceitual, expressa, por exemplo, na noção de Estado que apresentam. Mesmo que de forma implícita, fazendo ressalvas quanto ao “peso” específico de cada uma das partes, as análises revisionistas interpretam o Estado enquanto um “sujeito” ou “ator social”, a mobilizar interesses próprios. A “classe trabalhadora”, por sua vez, é concebida por tais

autores em seu sentido expresso pelo senso comum, sendo muitas vezes substituída pela ideia de “sociedade”. Nesse sentido, o que se pode concluir é que as interpretações revisionistas sobre o populismo apagam a luta de classes manifesta no objeto que investigam, percebendo-o como sendo livre das contradições e conflitos advindos da divisão da sociedade em classes sociais.

Essas escolhas teóricas apresentam um resultado prático para a análise das relações entre Estado e classe trabalhadora sob o populismo, qual seja, o de apreenderem tais relações como sendo constituídas exclusivamente pelo consenso. Reduzindo o peso, ou até mesmo apagando completamente os aspectos repressivo e propagandístico que compõem o populismo, apresentou-se essa relação sob uma forma na qual o Estado é despido do conteúdo de dominação de classe que a ele é intrínseco. Assim, foi possível identificar apenas a adesão dos trabalhadores ao “pacto trabalhista”, ignorando o grau de coerção empregado pelas classes dominantes, elemento fundamental para a sua viabilização.

Dessa forma, compreendo que o avanço dos estudos sobre o Brasil entre 1930 e 1964 tem muito ganhar a partir de uma retomada das contribuições de obras clássicas como aquelas de Francisco Weffort e Octavio Ianni. Considerando e buscando superar suas evidentes limitações (por exemplo, relativas ao restrito rol de fontes analisado) trata-se de remover da leitura desses trabalhos os viesamentos que, em grande parte, lhe foram atribuídos pelas interpretações revisionistas. Para tanto, possui valor também o referencial teórico marxista gramsciano, uma vez que permite aperfeiçoar algumas noções apresentadas por tais autores para a compreensão do Brasil pós-1930. No que se refere à dominação de classe e às relações Estado-classe trabalhadora, o conceito de hegemonia apresenta grandes possibilidades, inserindo ao lado do consenso o elemento da coerção, “termo ausente” nas análises revisionistas.